



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.109, de 2022

EMENDA Nº _____



CD/22771.69463-00

Inclua-se o seguinte § 4º ao artigo 32 à Medida Provisória n. 1.109, de 2022:

“Art. 32. Fica reconhecida a garantia provisória no emprego ao empregado que receber o BEm, em decorrência da redução da jornada de trabalho e do salário ou da suspensão temporária do contrato de trabalho de que trata esta Medida Provisória, nos seguintes termos:

.....
.....

§ 4º O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho firmado por empregado durante o estado de calamidade pública só será válido quando feito com a assistência do respectivo sindicato profissional.”

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda inclui o § 4º no art. 32 da presente Medida Provisória, a fim de garantir a assistência do sindicato ao trabalhador e à trabalhadora demitidos durante o estado de calamidade pública, no sentido de oferecer um suporte técnico ao trabalhador e à trabalhadora na conferência das verbas pagas.

Estamos a tratar de um ato gratuito, que fomenta a segurança jurídica no encerramento do contrato de trabalho, não acarretando nenhum prejuízo para



* C D 2 2 7 7 1 6 9 4 6 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

nenhuma das partes envolvidas na relação de trabalho, muito menos para os sindicatos, afinal, ao realizar as homologações, as entidades sindicais exercem função primordial e justificadora de suas próprias existências, ainda mais considerando a grave situação atual.

As demissões em massa impactarão não somente trabalhadores e empresas, mas a sociedade como um todo. Desde o abalo à economia, até, por vezes, o severo comprometimento da saúde de cidades, como nos casos de encerramento das atividades de uma empresa que emprega parte considerável da população daquela localidade.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala de Sessões, em de de 2022.

Deputado PAULO PEREIRA DA SILVA
Solidariedade/SP



CD/22771.69463-00



* C D 2 2 7 7 1 6 9 4 6 3 0 0 *